



LINGUAGEM E RELIGIÃO: DISCURSO PERSUASIVO

Mário Sérgio Batista

Doutor em Letras pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Professor de Ética e Cidadania, Metodologia Científica, Oratória e Retórica na UPM. *E-mail:* mariosergiobatista@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar o discurso religioso cristão, sob o tema: “Linguagem e religião¹: discurso persuasivo”. Para tanto, será observado o lugar que o sujeito-enunciador atribui a si e ao seu enunciatário no discurso, entendendo que não há discurso sem intencionalidade persuasiva.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem. Discurso. Persuasão. Sujeito-enunciador. Enunciatário.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a sua criação, o homem foi dotado de uma capacidade discursiva. De acordo com o registro bíblico, Deus, pelo poder de Sua palavra, criou todas as coisas e concedeu ao homem o privilégio e a responsabilidade de nominar a Sua criação. Pode-se dizer então que o homem começou a construir o seu mundo e a sua identidade por meio da linguagem.

¹ Esclarece-se que o termo religião será empregado para as igrejas cristãs evangélicas (católica e protestante). Por isso, ainda que se reconheçam outras religiões e suas legítimas formas de linguagens para expressar a sua fé, não se tratará de nenhuma delas aqui.

Nas palavras de Batista (2013, p. 17), destaca-se a seguinte afirmação:

O homem é um ser social e simbólico dotado também de razão e vontade, ele se faz representar e entender por meio da linguagem. Assim, com a intenção de convencer o outro, por meio da linguagem, o homem concretiza os seus pensamentos e sentimentos, dando-lhes significado de acordo com o contexto e a situação enunciativa em que estiver inserido. Pode-se dizer, então, que por meio da linguagem o homem constrói o seu próprio mundo, seus relacionamentos, sua vida, sua crença, sua religião, dando significado e sentido a todas as coisas de acordo com seu próprio interesse, vontade, entendimento e sentimento.

A linguagem é sem dúvida a modalidade pela qual o homem se comunica, interage com a sociedade e, mais especificamente, com o grupo em que estiver inserido numa relação dialógica de construção e desconstrução de sentido, “é o homem em busca da sua significação, da sua identidade pelo uso da linguagem” (BATISTA, 2013, p. 28). Como código de produção de comunicação, de informação pela transmissão e recepção de uma mensagem, a linguagem é dividida em duas categorias: verbal e não verbal.

A linguagem verbal é constituída pela oralidade ou pela escrita. Quando as pessoas estão conversando, assistindo a um filme, lendo um livro ou produzindo um texto, por exemplo, elas estão se utilizando da linguagem verbal. Esse é o recurso mais comum na comunicação diária entre as pessoas.

Pela palavra escrita ou falada, convencem-se pessoas a tomar decisões; conquistam-se amores e amizades; estabelecem-se a paz; destroem-se relacionamentos; e, ainda, infelizmente, fazem-se guerras e, sem nenhum exagero de linguagem, guerras de todos os tipos e em todos os níveis possíveis e imagináveis do relacionamento humano, em qualquer época, camada social e qualquer parte do mundo. Por isso, torna-se importante ressaltar a responsabilidade que o sujeito-enunciador tem ao exercer o seu livre direito de fala.

A outra forma de comunicação usada pelo homem é a linguagem não verbal. Nesse caso, o código usado aparece em forma de desenhos, esculturas, expressões faciais, fotografias,

gestos, gravuras, pinturas, músicas etc. Assim sendo, mesmo com a ausência das palavras, pode-se compreender a mensagem que o sujeito-enunciador deseja transmitir pelo uso do código que escolheu. O que significa dizer que há na verdade uma comunicação por símbolos estabelecida e aceita pelos grupos sociais em suas relações pessoais cotidianas.

Desse modo, pelo uso da linguagem verbal e da não verbal, o homem se comunica, interage com o seu próximo, construindo sua relação social com princípios e valores previamente definidos e aceitos. Contudo, o homem não pode ser compreendido apenas como alguém que faz uso de um determinado código para se comunicar. Acredita-se que essa compreensão não expressa toda a verdade a respeito da sua constituição como ser humano, pois o homem também pode ser compreendido como um ser religioso, haja vista a presença marcante da religião em todas as épocas da história da humanidade, nas mais variadas culturas e sociedades.

Para corroborar essa ideia, recorre-se a Calvino (1999, p. 8, grifo nosso):

Certamente, se em algum lugar se haja de procurar ignorância de Deus, em nenhuma parte é mais provável encontrar exemplo disso que entre os povos mais retrógrados e mais distanciados da civilização humana. E, todavia, *como o declara Cícero, aquele pagão, não há nenhuma nação tão bárbara, nenhum povo tão selvagem, no qual não esteja profundamente arraigada esta convicção: Deus existe!* E mesmo aqueles que em outros aspectos da vida parecem diferir bem pouco dos seres brutos, ainda assim retêm sempre certa *semente de religião*. Tão profundamente penetrou ela às mentes de todos, que este pressuposto comum se apegou tão tenazmente às entranhas de todos! *Portanto, como desde o princípio do mundo nenhuma região, nenhuma cidade, enfim nenhuma casa tenha existido que pudesse prescindir da religião, há nisso uma tácita confissão de que no coração de todos jaz gravado o senso da divindade.*

Percebe-se nessa citação que a semente da religião, como afirmou Calvino (1999), está intrinsecamente ligada ao homem pelo fato de ele ter sido criado à imagem e semelhança de Deus. Essa afirmação está registrada nas Sagradas Escrituras nos seguintes termos:

Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, sobre os animais domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra (Gênesis 1:26-28).

Razão pela qual o homem, onde quer que se estabeleça como um ser social que é, levará sempre seu modo próprio de se comunicar com o seu próximo, bem como a sua religiosidade. Daí afirma-se que a tríade homem, linguagem e religião são indissociáveis.

Como instrumento de propagação da sua crença para alcançar os seus objetivos e propósitos no exercício do seu fazer comunicativo, além do uso da linguagem verbal, a religião cristã criou os seus símbolos, materializando-os em seus discursos. Os símbolos da cruz, de um cordeiro e um cajado, do pão e do vinho, da pomba, do peixe, entre tantos outros atavam o imaginário do homem religioso, remetendo-o à espiritualidade e à fé.

Diante do exposto e premido pelo espaço reduzido, pretende-se analisar o discurso religioso cristão, sob o tema “Linguagem e religião: discurso persuasivo”, tendo como base os pressupostos teóricos da análise do discurso de linha francesa, em que será observado o lugar do sujeito-enunciador e do enunciatário no discurso, pois, para essa prática linguística, interessa a multiplicidade de discursos que se revelam no texto, nas vozes, nas ideologias que se apresentam de maneira explícitas ou não, no conjunto de enunciados produzidos a partir de um lugar que o sujeito-enunciador atribui a si e ao enunciatário em seu discurso.

O *corpus*, objeto de análise deste artigo, se limita a um texto da Bíblia² Sagrada, atribuído à pessoa de Jesus Cristo, registrado pelo apóstolo João, também conhecido como o discípulo amado (João 19:25). A proposta é analisar o enun-

² As versões dos textos para análise foram extraídas da *Bíblia de estudo Almeida* (1999).

ciado atribuído a Jesus Cristo, buscando perceber nele marcas de persuasão.

No processo de comunicação para que a persuasão de fato aconteça, é necessário que haja um “eu” e um “tu”, ou seja, alguém que fala e outro que o escuta. O enunciatário não é um repositório enunciativo que recebe as informações a ele dirigidas e nada mais; ao contrário, ele participa ativamente do processo discursivo, influenciando na elaboração do enunciado.

Conforme assevera Fiorin (2008b, p. 153):

A imagem do enunciatário constitui uma das coerções discursivas a que obedece o enunciadador: não é a mesma coisa produzir um texto para um especialista numa dada disciplina ou para um leigo, para uma criança ou para um adulto.

O sujeito-enunciador, para alcançar maior eficácia e melhores resultados em seus enunciados, deve, ao elaborá-los, sempre que possível, ter certo conhecimento a respeito do seu auditório, do seu enunciatário que é por excelência o destinatário do discurso.

2. UM BREVE RELATO DO CRISTIANISMO

É de comum acordo para os cristãos que o fundador do cristianismo foi um judeu, cujo nome era Jesus Cristo, o qual nasceu “em Belém da Judéia” (Mateus 2:1), passando parte da sua vida na cidade de Nazaré, na Galileia, “para que se cumprisse o que fora dito por intermédio dos profetas” (Mateus 2:23), sendo, por isso mesmo, chamado de Jesus de Nazaré. De acordo com o texto bíblico, a sua família era de origem humilde, seu pai era “carpinteiro e sua mãe chama Maria” (Mateus 13:55).

Ainda que neste artigo não se pretenda aprofundar nas questões teológicas e doutrinárias que envolvem o nascimento de Jesus Cristo, ressalta-se que as Escrituras Sagradas afirmam que ele foi concebido no ventre de sua mãe, por obra miraculosa e poder do Espírito Santo, nestes termos: “Ora, o nasci-

mento de Jesus Cristo foi assim: estando Maria, sua mãe, desposada com José, sem que tivesse coabitado, achou-se grávida pelo Espírito Santo” (Mateus 1:18). E o apóstolo Paulo, ao escrever para a igreja na região da Galácia, afirmou: “vindo, porém, a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei” (Gálatas 4:4). Dessas duas afirmações, infere-se que a paternidade de Jesus Cristo procede de Deus. Ele é finito e infinito, homem e Deus. Existe desde a eternidade e nasceu num determinado tempo. Na sua encarnação, não houve acréscimo à sua natureza divina; todavia, adquiriu a natureza humana, a qual não possuía antes.

Owen (1989, p. 30), ao tratar da natureza humana de Jesus Cristo, aborda o assunto apresentando o seguinte esclarecimento:

Quando Ele [Cristo] tomou sobre Si a forma de um servo em nossa natureza. Ele Se tornou aquilo que nunca havia sido antes, mas não deixou de ser aquilo que sempre tinha sido em Sua natureza divina. Ele, que é Deus, não pode deixar de ser Deus. A glória da Sua natureza divina estava velada, de forma que aqueles que O viram não acreditaram que Ele era Deus.

A união da natureza divina com a humana é chamada na teologia de união hipostática, do grego *hipóstasis*, que significa pessoa. Não se trata da mera habitação da divindade em um corpo humano, como alguns afirmam, mas, sim, de uma união na qual Jesus Cristo se torna uma só pessoa. Uma natureza não sufoca a outra nem se sobrepõe a ela, ambas coexistem sem que se anulem. Jesus Cristo é verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus.

Berkhof (2001, p. 295) chama a atenção para a decisão que o Concílio de Calcedônia³, em 451, deu sobre a questão da natureza humana e divina de Jesus Cristo:

O Concílio de Calcedônia conheceu e formulou a fé cristã a respeito da pessoa de Cristo e declarou que Ele deve ser reconhecido

³ Três grandes concílios ecumênicos constam como transições nessa parte da história: o Concílio de Constantinopla em 381, em que começou esse episódio; o Concílio de Éfeso em 431 (o terceiro concílio ecumênico), em que o episódio sofreu uma reviravolta; e o Concílio de Calcedônia em 451, no qual ele chegou à conclusão final (cf. OLSON, 2001, p. 203).

em duas naturezas, sem confusão, imutável, indivisível e inseparavelmente; sendo que a distinção das naturezas de modo nenhum é eliminada pela união, mas, antes, a propriedade de cada natureza é preservada e ambas concorrem numa Pessoa e numa Substância, não partida ou dividida em duas pessoas.

O ministério terreno de Jesus Cristo teve seu início por ocasião do seu batismo, no Rio Jordão, ministrado pelo profeta João Batista. Esse acontecimento foi marcado por uma manifestação sobrenatural, apontada no Evangelho de Mateus (3:13-17, grifo nosso) do seguinte modo:

Por esse tempo, dirigiu-se Jesus da Galiléia para o Jordão, a fim de que João o batizasse. Ele, porém, o dissuadia, dizendo: Eu é que preciso ser batizado por ti, e tu vens a mim? Mas Jesus lhe respondeu: Deixa por enquanto, porque, assim, nos convém cumprir toda a justiça. Então, ele o admitiu. Batizado Jesus, saiu logo da água, e eis que se lhe abriram os céus, e viu o Espírito de Deus descendo como pomba, vindo sobre ele. E eis uma voz dos céus, que dizia: Este é o meu Filho amado, em quem me comprazo.

Após ter passado pelo rito batismal, Jesus Cristo começou a formar o seu colegiado apostólico. Seguindo um propósito determinado, “chamou os que ele mesmo quis, e vieram para junto dele” (Marcos 3:13). Entre os que foram chamados por Jesus Cristo, ressalta-se a pessoa de “Judas Iscariotes, que foi quem o traiu” (Marcos 3:19), vendendo-o para as autoridades judaicas por trinta moedas de prata (Mateus 27:3), preço pago na compra de um escravo.

A contar do seu batismo até a sua crucificação, o ministério terreno de Jesus Cristo durou pouco mais de três anos. Mesmo assim, ele foi aclamado como um rei pela multidão em Jerusalém, por ocasião da festa da Páscoa⁴ (Marcos 11:10). Foi, exatamente, na festa da Páscoa que Jesus Cristo entregou a sua vida em favor dos pecadores, identificando-se como o Cordeiro pascal de Êxodo (12).

⁴ Festa em que os israelitas comemoram a libertação dos seus antepassados da escravidão no Egito (Êxodo 12:1-20; Marcos 14:12). Cai no dia 14 de Nisã (mais ou menos 1º de abril). Em hebraico, o nome dessa festa é *Pessach*. A festa dos pães asmos era um prolongamento da Páscoa (Deuteronômio 16:1-8).

Depois da sua ressurreição, Jesus Cristo apareceu aos seus discípulos, dando-lhes a missão de propagar o que lhes havia ensinado a todas as nações:

Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século (Mateus 28:19-20).

A missão deixada por Jesus Cristo demonstra que os seus ensinamentos não se limitavam nem se restringiam geograficamente a um determinado tempo, lugar, aldeia ou povo. O que significa dizer que “desde o princípio o Cristianismo teria dimensões globais” (CLOUSE; PIERARD; YAMAUCHI, 2003, p. 9).

Conforme relatou o evangelista Lucas, ao cumprir-se o dia de Pentecostes⁵, na primeira pregação pública do apóstolo Pedro após a morte e ressurreição de Jesus Cristo, o número de discípulos cresceu consideravelmente, sendo batizadas naquele dia quase três mil pessoas (Atos 2:37-41). Assim, os seguidores de Jesus Cristo, na metade do século 1º, alcançaram o impressionante número de cinco mil adeptos à nova religião (Atos 4:4).

Crescendo sob o domínio do Império Romano e consolidando a sua identidade doutrinária por meio da pregação dos discípulos, não demoraria muito para que os adeptos dessa nova religião começassem a ser perseguidos.

Quanto a essa perseguição, Clouse, Pierard e Yamauchi (2003, p. 16-17) descrevem-na nestes termos:

⁵ É o quinquagésimo dia depois do segundo dia da Páscoa. Os judeus chamam essa solene festividade de Festa das Semanas, visto que se observavam sete semanas depois da Páscoa. Ofereciam-se então como primícias os frutos das searas, sete cordeiros daquele ano, uma vitela e dois carneiros para holocausto; dois carneiros para um sacrifício pacífico; e uma cabra para sacrifício de expiação. A festa foi instituída com o fim de obrigar os israelitas a dirigir-se ao Tabernáculo, ou ao Templo; a reconhecer o absoluto domínio do Senhor com a espontânea oferta dos primeiros frutos; e a comemorar o fato de ter sido dada a Lei, no Monte Sinai, no quinquagésimo dia depois da saída do Egito, dando graças a Deus por esse acontecimento (cf. BUCKLAND; WILLIAMS, 1999, p. 345).

Em 64 a capital [Roma] foi devastada por um incêndio. Mesmo que provavelmente não tenha sido responsável pelo fogo, apesar de acusações de fontes antigas, Nero evitou que a culpa fosse colocada sobre ele. Para isso fez da seita que crescia rapidamente e que era conhecida como “os cristãos” os bodes expiatórios, executando-os em seus jardins. Na perseguição que se seguiu, Paulo e Pedro tornaram-se mártires em Roma.

Encerra-se esse breve relato do cristianismo, pontuando que, exilado na Ilha de Patmos por questão religiosa (Apocalipse 1:9), morreu, aproximadamente no ano 103 d.C., João, o último apóstolo de Jesus Cristo. Aquele “que se recostou sobre o peito do Senhor e que foi sacerdote, mártir e mestre; este repousa em Éfeso”, conforme relatou Eusébio de Cesária⁶ (2005, p. 184).

3. A PLURALIDADE DO DISCURSO RELIGIOSO CRISTÃO

Dos dias de Jesus Cristo até nós, muita coisa mudou. Fato cristalizado é que hoje o mundo está totalmente globalizado. Nesse contexto de globalização, pensando no Brasil, encontram-se várias religiões com suas respectivas denominações e ramificações com os seus próprios discursos religiosos, sinalizando que o campo religioso brasileiro é plural tanto em suas práticas como em seus discursos.

Sem pretender levantar a discussão de com quem está a verdade do Evangelho apresentada em discursos religiosos institucionais bem elaborados, parte-se do princípio fundante de que, independentemente de qual seja a instituição religiosa, o objetivo primário do discurso religioso cristão é converter pessoas. A sua

⁶ Eusébio, bispo de Cesareia, nasceu em cerca de 270 d.C. e faleceu no ano 339 d.C. A data do seu nascimento só pode ser inferida de sua obra, pois ele narra a perseguição dos cristãos sob Valeriano (258-260) como sendo algo passado e os eventos seguintes como sendo contemporâneos seus. Não se sabe onde nasceu, mas passou a maior e mais importante parte da sua vida em Cesareia, na época, a maior cidade romana da Palestina. Era de família desconhecida, mas certamente cristã. Como indica seu nome, Eusébio nada fala de si mesmo em sua obra. Foi bispo de Cesareia de 313 ou 315 em diante.

proposta é levar as pessoas a abandonar o pecado e viver em novidade de vida, pois, “se alguém está em Cristo, é nova criatura; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas” (2 Coríntios 5:17), olhando sempre para Cristo e percebendo-o como o Filho de Deus, o prometido Messias e Salvador do mundo.

A doutrina da salvação é a temática do cristianismo desde o seu início, e envolve a eleição dos pecadores, a sua regeneração, a sua conversão e a sua santificação. Envolve, ainda, a necessidade da pregação fiel da Palavra de Deus, a fé, e não se podem esquecer as boas obras nem a perseverança dos santos, e, é claro, o arrependimento.

É sabido que a teologia é interpretação humana; todavia, suas reflexões devem estar pautadas na Bíblia, o livro-fonte para todos os teólogos fundamentarem as suas opiniões. Contudo, isso não significa que há uma unidade discursiva no campo religioso cristão. Razão pela qual se distinguem entre si as seguintes linhas teológicas: católica, reformada, reformada calvinista, wesleyana, da prosperidade, liberal, conservadora, pentecostal e neopentecostal.

Compreendendo essa pluralidade interpretativa, observa-se que os discursos instrucionais da Igreja Católica, Assembleia de Deus, Batista, Metodista, Presbiteriana, entre outras denominações, apresentam a sua própria hermenêutica sobre as passagens das Escrituras Sagradas.

Além do objetivo primário de converter pessoas, fazendo-as mudar de vida, cada uma dessas denominações objetiva também alcançar o crescimento numérico. O crescimento numérico significa, ou melhor, reflete e refrata a marca do sucesso discursivo institucional, porque esse discurso desperta o interesse dos ouvintes, persuadindo-os a crer na mensagem anunciada e a mudar de vida sob as mais variadas perspectivas ou pretextos.

Nos tempos de Jesus Cristo, essa pluralidade discursiva também tinha a sua evidência na sociedade. Repetidas vezes, ele disse: “Ouviste o que foi dito. Eu, porém, vos digo” (Mateus 5:21-23, 27-28). Também não se devem esquecer as correntes teológicas representadas pelos escribas, essênios, fariseus, saduceus. Cada uma dessas correntes tinha o seu próprio discurso. Por exemplo, uns acreditavam na ressurreição do corpo, no juízo final e em anjos, outros não.

4. A INTENCIONALIDADE PERSUASIVA POR DETRÁS DO DISCURSO

Não há nenhum discurso no vácuo, isto é, não há discurso seja ele religioso, acadêmico ou político sem uma intenção persuasiva, sem uma ideologia que o sustente. Parte-se do princípio de que todo discurso tem um princípio persuasivo por trás de si, o que significa dizer que não há nenhum tipo de neutralidade ou imparcialidade discursiva.

Ao enunciar ninguém fica isento do ato persuasivo, da potencialidade do convencimento pela argumentação do seu discurso. Não há como separar a persuasão do discurso, “é possível afirmar que o elemento persuasivo está colado ao discurso como a pele ao corpo” (CITELLI, 2001, p. 6). Assim, o discurso, ação verbal dotada de intencionalidade, exerce influência direta sobre o comportamento do outro.

Nessa mesma linha de raciocínio, encontra-se, em Fiorin (2005, p. 74), esta declaração:

Quando um enunciador comunica alguma coisa, tem em vista agir no mundo. Ao exercer seu fazer informativo, produz um sentido com a finalidade de influir sobre os outros. Deseja que o enunciatário creia no que ele diz, faça alguma coisa, mude de comportamento ou de opinião etc. Ao comunicar, age no sentido de fazer-fazer. Entretanto, mesmo que não pretenda que o destinatário aja, ao fazê-lo saber alguma coisa, realiza uma ação, pois torna o outro detentor de um certo saber.

Essa comunicação do pensamento e desejo do homem acaba sendo uma produção argumentativa por conta do seu relacionamento que é imperioso no processo de interação social. De acordo com Koch (2002, p. 17): “a interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade”. Percebida desse modo, a argumentação é um ato linguístico fundamental para o homem como ser social no mundo.

Nessa interação social, não se alcança o objetivo de persuadir o outro simplesmente pelo uso das palavras. Não é uma

questão de saber o significado das palavras, deve-se ter em mente o efeito de sentido que se deseja ao pronunciá-las, pois, conforme Koch (2002, p. 27),

Não basta conhecer o significado literal das palavras ou sentenças de uma língua: é preciso saber reconhecer todos os seus empregos possíveis, que podem variar de acordo com as intenções do falante e as circunstâncias de sua produção.

O efeito de sentido desejado pelo sujeito-enunciador está condicionado não ao domínio do léxico, mas, sim, com o sentido que ele atribui às palavras e ao seu contexto de produção. Corroborando essa premissa Orlandi (2003), para quem a construção do sentido não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele.

Caminhou-se de forma aplanada até aqui no tocante ao fato de que o discurso e a persuasão são verdades do mesmo lado da moeda. Acredita-se que agora seja oportuno recorrer ao filósofo Aristóteles⁷. Para ele, há três espécies de provas empregadas pelo orador para persuadir seu enunciatário, a saber: a que reside no caráter do orador, o que ele chama de *ethos*; as paixões despertadas nos ouvintes, o *pathos*; e, por fim, o *logos*, ou seja, o próprio discurso por aquilo que demonstra ou parece demonstrar.

O tipo de argumentação dependerá, além da situação comunicativa na qual estiver o enunciador, da sua habilidade para discernir o contexto enunciativo e assim construir com eficácia o seu enunciado. Para Selivon (2006, p. 50):

[...] saber argumentar é primeiro integrar-se ao universo do outro. Quem deseja persuadir deve saber previamente quais são os verdadeiros valores do seu interlocutor ou do grupo que constitui seu auditório.

A linguagem é mecanismo de persuasão. Quando o sujeito-enunciador toma a palavra, pretende, de alguma maneira, persuadir o seu enunciatário. O discurso dos líderes religiosos, seja qual for a sua denominação, tem como propósito per-

⁷ Para mais detalhes sobre o discurso de Aristóteles, ver Batista (2013).

suadir os ouvintes de que eles estão com a verdade sobre os assuntos de fé, salvação, vida eterna etc. Essa afirmação pode ser alvo de críticas por vários teólogos, mas negá-la é demonstrar ingenuidade tanto no campo discursivo como no teológico.

5. A BUSCA DO SENTIDO DISCURSIVO

Aqueles que se debruçam nos estudos do discurso devem procurar conhecer o contexto de sua produção para chegarem o mais perto possível da verdade enunciativa.

Seguindo a linha de raciocínio apresentada anteriormente, esclarece-se que o texto a ser analisado envolve os sentimentos de despedida, desconfiança e tristeza. A cena enunciativa é a da última ceia que Jesus Cristo tomaria com os seus discípulos. O texto bíblico informa que Jesus Cristo estava profundamente angustiado em espírito e afirmou que, entre eles, havia um traidor (João 13:21). Um clima tenso e de desconfiança se estabeleceu entre eles e se agravou quando Jesus Cristo disse que Pedro o negaria três vezes (João 13:38).

Foi nesse contexto de despedida, desconfiança e tristeza que Jesus Cristo olhou para os seus discípulos e lhes declarou: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” (João 14:6).

Passa-se à análise do enunciado.

6. “EU SOU O CAMINHO, A VERDADE, E A VIDA; NINGUÉM VEM AO PAI SENÃO POR MIM”

De maneira enfática, o sujeito-enunciador inicia o seu discurso afirmando ser o caminho. Ele não diz que conhece um caminho, que já ouviu falar de algum caminho, que já andou em um caminho e por isso pode indicá-lo para os seus seguidores; ao contrário, ele assegura, veementemente, ser o único caminho.

O uso do artigo masculino singular “o” sustenta e fortalece a ideia imperativa de que o sujeito-enunciador é o único caminho. O que significa dizer que não há outro caminho, acesso ou possibilidade de as pessoas chegarem a Deus, percebido no enunciado pelo substantivo masculino “Pai”, a não ser pelo sujeito-enunciador Jesus Cristo, que mais adiante vai dizer: “Ninguém vem ao Pai senão por mim”.

Conforme compreende Brandão (2004), a imagem do sujeito no texto, aquele que é o responsável pelo dizer, pelo acontecimento da enunciação, é identificada por meio das marcas de pessoa, pois é a ele que se refere o pronome “eu”. Portanto, a pessoalidade do enunciado em questão é marcada pela presença do pronome pessoal da primeira pessoa do singular “eu”.

Com esse procedimento, o sujeito-enunciador Jesus Cristo insere-se na cena enunciativa com a intenção de convencer os seus enunciatários a crer naquilo que ele enuncia, isto é, ser ele mesmo o único caminho para a salvação. É nele que as pessoas devem crer. “Eu sou o caminho”, ele disse.

O sujeito-enunciador Jesus Cristo centraliza em si a prerrogativa de ser o salvador das pessoas que o seguem, excluindo qualquer possibilidade de alguém ser salvo por forças sobrenaturais, poderes cósmicos ou algo parecido. Pela construção do enunciado, infere-se que a única condição de a raça humana criada à imagem e semelhança de Deus ser salva é por meio da pessoa de Jesus Cristo, “o caminho”, haja vista ela ter perdido a salvação por conta do pecado que entrou no mundo pela desobediência de Adão.

O sujeito-enunciador Jesus Cristo, ao declarar ser o caminho para os seus enunciatários, sabia que não demoraria muito para ser traído por um de seus discípulos, negado por outro e abandonado pelos outros dez. Sabia também que enfrentaria a incredulidade dos líderes religiosos de Israel, o desprezo da multidão, a crueldade dos soldados romanos e as dores da morte por crucificação.

Pode-se dizer que, ao elaborar tal enunciado, o sujeito-enunciador Jesus Cristo pretendia sedimentar no coração dos seus enunciatários a certeza sobre todos os seus ensinamentos, principalmente a certeza de que ele é o próprio Filho de Deus, o salvador do mundo. Aliás, diga-se de passagem, no dia de seu

nascimento, essa verdade foi anunciada pelos próprios anjos, “eis aqui vos trago boa-nova de grande alegria, que o será para todo o povo: é que hoje vos nasceu, na cidade de Davi, o *Salvador*, que é Cristo, o Senhor” (Lucas 2:10-11, grifo nosso).

Na sequência, há outra declaração tão contundente como a primeira. O sujeito-enunciador Jesus Cristo não se limita a chamar para si a responsabilidade de ser o único “o caminho” para a salvação dos pecadores. Ele agora declara com a mesma intensidade ser “a verdade”. Acompanhando o raciocínio linear proposto no enunciado, conclui-se que Jesus Cristo estava dizendo: “*Eu sou a verdade*”, com a mesma intensidade que disse: “Eu sou o caminho”. Embora haja o apagamento da expressão “eu sou”, ela está subentendida. Há no enunciado um zeugma⁸.

Com a intenção de persuadir os seus enunciatários, o sujeito-enunciador Jesus Cristo declara-se como o único “caminho” que pode levar os pecadores à salvação, da mesma forma que ele é “a verdade”. Portanto, ele é o único que pode libertar os pecadores das garras e ciladas do Diabo, nominado nas Escrituras como o “pai da mentira” (João 8:44). Entende-se que o sujeito-enunciador se percebe como a fonte única de toda a verdade, de toda lógica e de toda a razão. Nele não há mentiras ou dúvidas, pois ele é a verdade.

Para reforçar a sua ideia persuasiva, o sujeito-enunciador Jesus Cristo, depois de ter declarado ser “o caminho”, “a verdade”, usa a conjunção “e” para se declarar agora como o senhor da vida, “e a vida”. Ele tem a vida em si mesmo, a vida está em suas mãos. Ele é a própria vida no sentido mais absoluto do termo. O acatamento dessa premissa implica dizer que a morte não tem nenhum poder sobre a vida do sujeito-enunciador. Em outro lugar, ele também asseverou:

Por isso, o Pai me ama, porque eu dou a minha vida para a reassumir. Ninguém a tira de mim; pelo contrário, eu espontaneamente a dou. Tenho autoridade para a entregar e também para levá-la. Este mandato recebi de meu pai (João 10:17-18).

⁸ Zeugma é uma figura de linguagem. É a omissão de um termo que já fora dito anteriormente, no caso, “Eu sou”.

Seguindo o fio condutor do enunciado, afirma-se que os enunciatários são convidados a crer que aquele que enuncia é o único caminho que pode levá-los à presença de Deus e que nele está a totalidade da verdade absoluta, pois ele é alguém crível e nele reside a própria vida em contraposição à morte, a maior inimiga da humanidade. Imediatamente após ter enunciado “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida”, o sujeito-enunciador Jesus Cristo concluiu sua intenção persuasiva desta maneira: “Ninguém vem ao Pai senão por mim”.

Assim, é possível afirmar que o sujeito-enunciador fechou todas as portas para qualquer possibilidade de pensamento salvífico fora da sua pessoa. A centralidade da salvação da humanidade está nele. O uso do pronome indefinido “ninguém” e da preposição “senão” corroboram essa afirmação, ou seja, ninguém pode alcançar a salvação fora da pessoa de Jesus Cristo.

Outra questão que chama a atenção é a escolha do verbo “vir” conjugado no presente do indicativo, da terceira pessoa do singular, “vem”, do que se conclui que o sujeito-enunciador é alguém que desfruta da presença permanente e da comunhão com o Pai, o criador de todas as coisas, “ninguém vem ao Pai senão por mim”.

Observando que a ideologia tem a ver com a visão de mundo do sujeito-enunciador, pode-se afirmar que o enunciado “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim” apresenta uma ideologia voltada para a necessidade de salvação das pessoas, tendo no sujeito-enunciador a única possibilidade para concretizá-la. O que significa dizer que o lugar que o sujeito-enunciador Jesus Cristo atribuiu a si em seu discurso foi o de salvador da humanidade, deixando claro que, fora da sua pessoa, não há possibilidade alguma de salvação. Portanto, é preciso que se creia nele e naquilo que ele disse.

Quanto ao enunciatário, ele é alguém que recebe os ensinamentos sobre a centralidade da salvação humanada na pessoa do Filho de Deus, por isso ouviu: “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim”. A ele é atribuído o lugar de alguém que é necessitado/privilegiado, pois recebe do próprio Filho de Deus a verdade que precisa saber sobre a sua salvação, sendo levado a crer na pessoa de Jesus Cristo que se apresenta como a única possibilidade de salvação para ele, por isso deve ser reconhecido como seu Salvador.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A possibilidade de perceber a religião como discurso persuasivo foi o que motivou este trabalho. À luz do que foi exposto, percebeu-se que, independentemente da denominação, o seu discurso instrucional tem a intenção persuasiva de converter pessoas, objetivando aumentar o número de seus adeptos. Para alcançar esse propósito, cada denominação recorre aos mecanismos da linguagem verbal e da não verbal. Percebeu-se também que a pluralidade do discurso religioso cristão é algo que acompanha o cristianismo desde o seu início.

Quanto à persuasão do discurso religioso, observou-se que não há imparcialidade ou neutralidade discursiva, ou seja, ninguém está isento do ato persuasivo quando enuncia.

Na análise do *corpus*, foi possível observar a intenção persuasiva do sujeito-enunciador Jesus Cristo que declarou ser a única possibilidade de salvação para o pecador, pois, fora dele, não há caminho nem verdade ou vida. A sua pessoa é o centro e a chave para a salvação da humanidade. É nele que se deve confiar, essa é a força transmitida no enunciado “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim”. E os enunciatários são convidados a crer nisso.

LANGUAGE AND RELIGION: PERSUASIVE SPEECH

ABSTRACT

This article aims to analyze the religious Christian discourse, on the theme: “Language and religion: persuasive speech”. For both, the place that the subject-enunciator assigns for you and your enunciatee in speech, understanding that there is no persuasive speech intentionality will be observed.

KEYWORDS

Language. Speech. Persuasion. Subject-enunciator. Enunciatee.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. S. *Ethos discursivo de São Bernardo de Claraval: uma perspectiva vocacional*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- BERKHOF, L. *Teologia sistemática*. 2. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- BÍBLIA de estudo Almeida. Tradução João Ferreira de Almeida – revista e atualizada. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.
- BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. rev. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- BUCKLAND, A. R.; WILLIAMS, L. *Dicionário Bíblico Universal*. São Paulo: Vida, 1999.
- CALVINO, J. *Institución de la religión cristiana*. 2. ed. Barcelona: Feleire, 1999.
- CESARÉIA, E. de. *História eclesiástica*. São Paulo: Fonte Editorial, 2005.
- CITELLI, A. *Linguagem e persuasão*. 15. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- CLOUSE, R. G.; PIERARD, R. V.; YAMAUCHI, E. M. *Dois reinos: a Igreja e a cultura interagindo ao longo dos séculos*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- FIORIN, J. L. *Linguagem e ideologia*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2005.
- FIORIN, J. L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2008a.
- FIORIN, J. L. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008b.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- OLSON, R. E. *História da teologia cristã: 2000 anos de tradição e reformas*. São Paulo: Vida, 2001.

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. 5. ed. Campinas: Pontes, 2003.

OWEN, J. *A glória de Cristo*. São Paulo: Publicações Evangélicas Seleccionadas, 1989.

SELIVON, M. Valores, ideologia e estratégias argumentativas no discurso religioso. In: MOSCA, L. S. (Org.). *Discurso, argumentação e produção de sentido*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Recebido em março de 2016.

Aprovado em março de 2016.

